



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2022 – N.º 4/2022 – MANDATO 2021-2025

--- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alpiarça, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Ordinária, no Auditório da Biblioteca Municipal de Alpiarça, cuja Mesa é composta pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, secretariada pela primeira Secretária Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho e pelo segundo Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona. -----

--- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais: -----

- Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira (Partido Socialista) -----

- Mário Fernando Atracado Pereira (Coligação Democrática Unitária) -----

- Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho (Partido Socialista) -----

- João Pedro Antunes Osório (Coligação Democrática Unitária) -----

- Abel Ferreira Melro Pedro (Partido Socialista) -----

- Anabela Feliciano da Costa (Coligação Democrática Unitária) -----

- Armindo Pinto Batata (TPA – Todos por Alpiarça)-----

- Rita João Conim Pinto (Partido Socialista) -----

- Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (Coligação Democrática Unitária) -----

- Marta Sofia de Oliveira Piscalho (Partido Socialista) -----

- Artur Jorge Fernandes Sanfona (Partido Socialista) -----

- Miguel Ângelo Félix Miranda (Coligação Democrática Unitária) -----

- João Pedro Vences Rosa do Céu (Partido Socialista) -----

- Ana Rita Campos Fernandes (Coligação Democrática Unitária) -----

- Jorge Manuel Ferreira da Costa (Presidente da Junta de Freguesia) -----

- João Pedro Lopes da Silva (Coligação Democrática Unitária) -----

--- **Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:** -----

- Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes (Partido Socialista) -----

- Jorge Manuel Claudino de Freitas (Partido Socialista) -----

- Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (Coligação Democrática Unitária) -----

- Ana Margarida Vences Rosa do Céu (Partido Socialista) -----

- Casimira Pereira Alves (Coligação Democrática Unitária)-----

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- Ponto 01 – Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento. -----

--- Ponto 02 – Contas Consolidadas do ano 2021. Para deliberação. -----

--- Ponto 03 – Proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça. Para deliberação. -----

--- Ponto 04 – Leitura, Discussão e Votação das Atas da Assembleia Municipal realizadas nos dias 25 e 29 de abril de 2022. Para deliberação. -----

--- Ponto 5 – Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação. -----

--- Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Miguel Gaspar apresentado pela senhora Deputada Anabela Costa da Bancada da CDU. -----

--- Voto de Louvor às empresas do Concelho premiadas no evento “Gala dos Vinhos Tejo”: Quinta da Lagoalva Vinhos, Casa Agrícola Paciência, Nova Sociedade Agrícola Mouchão do Inglês, Danidoce Marisqueira e o Restaurante “O Cavalo do Sorraia” apresentado pela senhora Deputada Rita Conim da Bancada do PS.-----

--- Voto de Louvor à Secção de Pesca do Clube Desportivo “Os Águias” apresentado pelo senhor Deputado Abel Pedro, da Bancada do PS. -----

--- Voto de Louvor ao Clube Desportivo “Os Águias”, respetiva Direção e Secção de Futebol apresentado pelo senhor Deputado Miguel Miranda, da Bancada da CDU. -----

--- Voto de Louvor à atleta Filipa Fidalgo apresentado pela senhora Deputada Ana Rita Fernandes, da Bancada da CDU. -----

--- Voto de Louvor ao Clube Desportivo “Os Águias”, respetiva Direção e à Secção de Futebol Sénior apresentado pelo senhor Deputado João Céu, da Bancada do PS. -----

--- Ponto 06 – Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana 2 – ARU2 de Alpiarça. Para deliberação. -----

--- A sessão foi aberta pela senhora Presidente da Assembleia Municipal (AM), eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos. -----

--- A senhora Presidente da AM começou por informar que a Senhora Deputada Fernanda Garnel, da bancada CDU, tinha apresentado um pedido de suspensão, pelo período de cento e oitenta dias e tinha sido substituída pelo senhor Deputado João Pedro Silva. Referiu, também, que o senhor Vereador João Pedro Arraiolos não podia estar presente, pelo que tinha sido substituído pela senhora Vereadora Casimira Alves. Continuou a intervenção, solicitando à Assembleia que aprovasse a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos, que seria o ponto seis que, por razões de urgência, era necessário integrar naquela sessão, dizendo respeito à proposta de delimitação da área de reabilitação urbana dois. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata tomou a palavra para referir que o ponto podia ser incluído na ordem de trabalhos, sem necessidade de cumprir aquele formalismo de autorização, uma vez que ainda estavam dentro do prazo para introduzir alterações à ordem de trabalhos. -----

--- O senhor Deputado Municipal Mário Pereira tomou a palavra para salientar que o prazo definido para a entrega da documentação se destinava, exatamente, a garantir que os membros da AM tivessem a possibilidade de analisar, ler e formar uma posição sobre os assuntos de forma atempada. -----

--- De seguida, a senhora Presidente da AM colocou à votação a proposta de inclusão do ponto na ordem de trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Continuou a intervenção, solicitando autorização à Assembleia para dar início aos trabalhos pelo ponto dois da ordem de trabalhos, que respeitava à consolidação das contas do ano dois mil e vinte e um, uma vez que existia a necessidade de efetuar o registo daquela informação na plataforma existente para o efeito, até à meia-noite daquele dia. -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e agradeceu aos membros da Assembleia a disponibilidade demonstrada para apreciarem aquele ponto em primeiro lugar, uma vez que isso iria permitir que os serviços pudessem carregar a informação na plataforma, dentro do prazo estipulado para o efeito. Quanto ao ponto em causa, referiu que, nos termos da lei em vigor, os municípios tinham que apresentar as contas consolidadas às entidades em que participavam, ou que eram detidas pelo grupo autárquico, pelo que apesar do Município ter participação noutras entidades, tais como a Associação de Municípios Portugueses do Vinho, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, a Comunidade Intermunicipal, a Resiurb, a Associação de Municípios do Vale do Tejo e a Tagusgás, a legislação apenas obrigava a apresentar as contas consolidadas referentes à Agroalpiarça e às Águas do Ribatejo. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Mário Pereira que explicou que a bancada da CDU iria votar favoravelmente a prestação de contas consolidadas, tendo em conta a discussão da aprovação das contas de dois mil e vinte e um, realizada na anterior Assembleia Municipal, na qual tinham sido debatidos alguns aspetos relativos à situação financeira e à atividade da AgroAlpiarça. Referiu, também, que o próprio parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC) era positivo, e que o ano em causa tinha decorrido, maioritariamente, ainda no mandato da CDU. -----

--- Interveio a senhora Presidente da AM, para colocar o ponto 2 à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata apresentou a seguinte declaração de voto, em nome da bancada do TPA: *“Sendo um tema eminentemente técnico, eu sigo a recomendação do Revisor Oficial de Contas.”* -----

--- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos munícipes inscritos. -----

--- O senhor munícipe Carlos Pires tomou a palavra para referir que, num terreno perto do Estádio Municipal, no sentido Almeirim – Alpiarça, existia um muro que, em virtude das chuvas fortes, já tinha caído duas vezes, pelo que questionava se o atual Executivo tinha conhecimento da situação e se iria tomar providências para a resolver. Continuou a intervenção, referindo-se a uma tampa de esgoto existente na mesma zona,

que estava sempre a saltar, e como tal, constituía um perigo para a população. Salientou que no mandato anterior já tinha alertado o Executivo para tal situação e que lhe tinha sido transmitido que iriam acionar o seguro, pelo que questionava se o atual Executivo tinha conhecimento daquele assunto e qual era o ponto de situação do mesmo. -----

--- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal para referir que não tinha nenhuma informação em concreto, relativamente à resolução de tal situação, embora já tivesse sido alertada por um munícipe de que havia um desgaste no terreno e que as manilhas estavam praticamente descobertas, mas os trabalhadores andavam ocupados a solucionar diversas ocorrências, algumas delas bastante urgentes, pelo que ainda não tinha sido possível fazer um levantamento daquela situação, sendo que, em breve, os serviços iriam tentar perceber o que era necessário fazer, para que não acontecesse algum incidente. -----

--- O senhor Deputado Municipal Mário Pereira tomou a palavra para salientar que o público podia interpe- lar não apenas a Mesa da Assembleia, mas também o atual Executo Municipal e até o anterior Executivo Municipal, sendo que o Regimento não contemplava a possibilidade de serem prestados esclarecimentos por todos os elementos da Assembleia mas, ainda assim, esclareceu que tinha havido um deslizamento de terras na Estrada Nacional 118, num dia muito chuvoso, sendo que a circulação na própria estrada tinha es- tado interrompida e que o assunto tinha sido remetido ao Serviço Municipal de Proteção Civil para que dili- genciasse, no sentido de envolver o seguro e as respetivas entidades competentes, na resolução do proble- ma. -----

--- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Alzira Agostinho que, em relação ao OTL e à CAF, questionou se ti- nha havido alguma alteração no seu funcionamento que tivesse originado o aumento dos preços daquelas atividades. Questionou, ainda, quais tinham sido as implicações da alteração remuneratória dos Bombeiros, quer para o Município, quer para os próprios Bombeiros. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata tomou a palavra para referir que, nas reuniões da Assem- bleia de fevereiro e abril, tinha sugerido que as balizas da Ponte do Carril fossem substituídas e que, entre- tanto, tinha ocorrido lá um acidente, do qual tinham resultado duas mortes, pelo que lhe ficava a dúvida se a má sinalização poderia ter tido alguma influência no referido acidente. Continuou a intervenção, refe- rindo-se aos casos dos cidadãos de Alpiarça que, recentemente, tinham posto fim à vida, situação que todos lamentavam, sendo que, nas redes sociais, tinha sido focado, com alguma insistência, que uma das muníci- pes tinha vindo à Câmara Municipal pedir ajuda e que, da última vez, se tinha ido embora “banhada em lá- grimas” por não lhe ter sido prestada qualquer ajuda e, como tal, apesar de não ser adepto das redes soci- ais e não acreditar muito nos factos relatados por essa via, pretendia saber se isso tinha acontecido, ou seja, se de facto a pessoa não tinha sido apoiada, bem como se existiam mecanismos de apoio para aquelas situ- ações. Em relação ao contrato celebrado entre o Município de Alpiarça e o Dr. João Rosa do Céu, disse que gostaria de ter a certeza de que não havia nenhuma incompatibilidade no mesmo, pelo facto do Dr. João Céu ser, também, Deputado Municipal naquela Assembleia, salientando que, no referido contrato de pres- tação de serviços, se estipulava que estavam fora do mesmo as ações judiciais em que o Município fosse

parte, de valor igual ou superior a trinta mil euros, bem como os processos em que houvesse recurso para a segunda instância, pelo que pretendia esclarecimentos sobre como iriam ser tratados tais processos, nomeadamente, se iriam ser contratados ao Dr. João Rosa do Céu à peça, ou se seria contratado outro advogado para tratar de tais processos. Salientou, ainda, que na última Assembleia tinha sugerido que a moção sobre os CTT fosse enviada à ANACOM e, por isso, supunha que isso tivesse sido feito, mas como não era facultada aos membros da Assembleia nenhuma listagem do expediente, ou seja, de tudo o que era recebido ou expedido, não podia confirmar essa informação, pelo que solicitava esclarecimentos à senhora Presidente da Assembleia Municipal sobre o assunto e sugeria que o expediente passasse a ser enviado aos Deputados Municipais. Disse, também, que, na última Assembleia, tinha sido acordado agendarem uma data para a realização duma reunião entre as três bancadas, para debaterem a questão da gravação em vídeo e respetiva transmissão das sessões da Assembleia, sendo que julgava que tal reunião ainda não se tinha realizado, pelo que esperava que o assunto não tivesse sido esquecido. -----

--- O senhor Deputado Municipal Mário Pereira tomou a palavra, começando por referir que o horário a que se estava a realizar aquela Assembleia dificultava uma participação mais alargada na mesma. Disse, também, que, independentemente, de estar legalmente prevista a possibilidade de os Deputados Municipais poderem justificar as suas ausências ao trabalho, para estarem presentes nas sessões da Assembleia Municipal, e não sendo esse um motivo para justificar as faltas naquele órgão, tinha havido sempre o cuidado de garantir que a Assembleia se reunia em horários que permitissem garantir a máxima participação dos seus elementos e da população, pelo que a mesma decorria, por norma, à noite. Admitiu que poderia ser necessário virem a definir outro horário, mas isso deveria ser acordado entre todos os membros embora, no seu entender, devessem manter a realização da Assembleia à noite, como habitualmente, para garantir uma maior participação. Continuou a intervenção, referindo-se à Barragem dos Patudos e ao problema do baixo nível de água, que atualmente se verificava, frisando que, no seu entender, a Câmara Municipal devia desenvolver no imediato alguma ação para fazer face a tal problema, nomeadamente, injetando água fresca na Barragem, independentemente de estar a desenvolver algum plano para resolução da situação a médio e longo prazo. Referiu, também, que tinha visto nas redes sociais algumas publicações do senhor Engenheiro Leonel Piscalho, que demonstravam que o mesmo estava algo desiludido com o atual Executivo, por este não estar a considerar algumas ideias que o senhor Engenheiro Leonel tinha proposto para resolver o problema da Barragem, pelo que questionava se existia ou não algum plano credível, definido pelo senhor Engenheiro Leonel Piscalho, que não fosse somente trazer água de outros locais ou esvaziar a Barragem, para resolver aquele problema. Concluiu a intervenção, questionando se estava a ser equacionada a possibilidade de serem transmitidas *online* as sessões da Assembleia Municipal, sendo que continuava a ter dúvidas que fosse possível garantir nessas transmissões a equidade entre todos os membros da Assembleia Municipal. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado João Osório, que começou a sua intervenção referindo que o movimento associativo assumia um papel relevante no desenvolvimento sócio-cultural, sobretudo no contexto

local, sendo que, enquanto elemento impulsionador nas áreas da cultura, desporto, juventude, educação, social e outras, o seu contributo era meritório a nível da promoção da participação cívica e da integração social, ou seja, do exercício da democracia e da cidadania, substituindo-se, frequentemente, aos agentes formais com responsabilidades em tal domínio, como o Poder Central e o Poder Local. Reconheceu a importância que tais estruturas assumiam na dinâmica associativa concelhia e frisou que, para muitos, eram vitais os subsídios atribuídos pelo Município. Questionou, ainda, se estavam a ser transferidos mensalmente os subsídios para as associações e coletividades, como era habitual, bem como quando tinham sido transferidos e para quem e, no caso de não terem havido transferências, qual o motivo para que isso tivesse acontecido, em particular no que respeitava às coletividades que tinham atividades ao longo de todo o ano. -----

--- O senhor Deputado Artur Sanfona tomou a palavra para questionar qual era o ponto de situação da limpeza da Vala. -----

--- Solicitou a palavra o senhor Deputado Celestino Brasileiro, para referir que a limpeza urbana da Vila lhe parecia algo deficitária, bem como a recolha do lixo, sendo que, nas últimas semanas, tinha sido notório o aumento do volume de lixo nos caixotes, com alguns a transbordar. Frisou, ainda, que se verificavam também lacunas no âmbito da execução de pequenas obras, como por exemplo, buracos nas estradas que não eram atempadamente reparados e, por isso, ficavam sinalizados demasiado tempo. Mencionou o buraco existente no Largo do Cravo, frisando que, apesar de se tratar de uma obra importante, entendia que não era necessário manter o local naquele estado por tanto tempo. -----

--- O senhor Deputado Municipal João Céu tomou a palavra para, em relação às obras que estavam a ser feitas na Barragem, questionar qual o motivo para a realização das mesmas, qual o ponto de situação e quando terminariam. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado João Pedro Silva que começou a sua intervenção referindo-se à CAF e dizendo que não havia muita oferta no Concelho, sendo que, tendo em conta os preços que iriam ser praticados pela Câmara Municipal, ficava mais barato colocar as crianças num OTL privado em Almeirim. Frisou que aquele era um serviço de apoio às famílias, pelo que considerava os valores que iriam ser cobrados um pouco exorbitantes, tendo também em conta a situação que as famílias atravessavam. Em relação ao alcatrão que tinha sido colocado no Frade de Cima, perguntou se estava previsto fazer alguma coisa nas bermas, uma vez que as ervas tinham crescido e já estavam a destruir o alcatrão. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Abel Pedro para congratular Alpiarça e a Autarquia por, no espaço de uma semana, ter conseguido que viessem ao Concelho dois membros do Governo, nomeadamente, a senhora Secretária de Estado da Habitação, Dr.ª Marina Gonçalves, que se tinha deslocado a Alpiarça para assinar o protocolo relativo à Estratégia Local de Habitação, e também o senhor Secretário de Estado Adjunto, Dr. Lacerda Sales, porquanto Alpiarça tinha sido escolhida pelo Ministério da Saúde como o local para ser feito o lançamento pela DGS do Programa de Contingência para o Verão, tendo estado, igualmente, presente, a senhora Diretora Geral de Saúde, Dr.ª Graça Freitas. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que o Município não tinha lucro com o serviço da CAF/OTL, nem com qualquer outro serviço que prestava, antes pelo contrário, porque em geral tinha prejuízo com todos os serviços que prestava e, nalguns casos, até estava a ter prejuízos que podiam ter sido evitados e, como tal, estavam a trabalhar exatamente no sentido de evitar, pelo menos, que esses prejuízos não fossem tão avultados como eram, de modo a permitir que essa boa gestão permitisse deslocar verbas para investir em obras e outros serviços de apoio à população. Em relação à questão que tinha sido colocada pela senhora Deputada Alzira Agostinho, sobre a alteração remuneratória dos bombeiros municipais, frisou que a questão dos bombeiros municipais, era uma questão que não era nova e era complexa para todos os municípios que tinham corpos de bombeiros municipais, sendo apenas vinte e cinco, no cômputo dos trezentos e oito municípios a nível nacional, dado que não havia alterações do ponto de vista legislativo aplicáveis a tais municípios, mas apenas especificidades que prejudicavam mais os municípios do que propriamente os beneficiavam. Explicou que os corpos de bombeiros voluntários detidos por entidades privadas tinham possibilidade de se candidatar a financiamentos, que os municípios não tinham, para suportar os seus corpos de bombeiros e, portanto, eram diferenças que penalizavam os municípios que tinham corpos de bombeiros, sobretudo os municípios de menor dimensão, que tinham muita dificuldade em fazer face a tal obrigação, porque era incomparável o orçamento que tinham que despende para o funcionamento dos bombeiros, com condições de exercerem as duas missões principais, que eram o socorro, o combate a incêndios florestais ou urbanos. Salientou que, no caso dos corpos de bombeiros que eram detidos por entidades gestoras privadas, o financiamento dos municípios era substancialmente mais pequeno e disse que, em sua opinião, os bombeiros deviam ser uma força nacional, gerida a partir de um comando nacional, tal e qual como as forças de segurança, sendo que, depois, os meios deviam ser distribuídos pelos territórios em função das suas necessidades, ou seja, os meios deviam ser nacionais, exatamente para poderem ser alocados em função das necessidades e das especificidades dos serviços. Referiu que, para já, a responsabilidade continuava a ser dos municípios e, como tal, deviam gerir o dinheiro público de forma a, pelo menos, não violar a lei. Explicou que o que se passava nos Bombeiros Municipais de Alpiarça, passava-se em vários corpos de bombeiros municipais, sendo uma situação que não podia continuar e, portanto, estavam a tomar medidas exatamente no sentido de fazer cessar essa situação. Explicou que, na sequência de uma inspeção feita pelo Tribunal de Contas a vários corpos de bombeiros, a pronúncia do mesmo tinha sido muito clara, relativamente à forma como os municípios deviam gerir os seus bombeiros municipais e isso implicava a consideração de que, na sua remuneração, estivessem incluídas um conjunto de tarefas que não se compadeciam com o pagamento de horas extraordinárias para fazer tais serviços, ou seja, dentro da remuneração de cada um dos profissionais, estava compreendida a possibilidade ou a obrigatoriedade de assegurar uma determinada função, sem que para isso tivessem que ser pagas horas extraordinárias. Explicou que a pronúncia do Tribunal de Contas ia no sentido de apenas permitir o pagamento de horas extraordinárias quando respeitasse as missões específicas, fora daquilo que eram as missões obrigatórias, nomeadamente, o socorro à população e o combate a incêndios, pelo que, apenas as missões que ocorressem fora de tal âmbito, podiam ser alvo de pagamento de trabalho extraordinário, como por exem-

plo, o apoio a eventos desportivos ou outro tipo de eventos, realizados quer pelo Município, quer por entidades privadas e desde que tal não pusesse em causa o socorro à população. Frisou que, fora de tal âmbito, o Município não tinha condições do ponto de vista legal, para estar a abonar horas extraordinárias, até porque na corporação de Alpiarça, havia inclusive situações de bombeiros que, em março, já tinham ultrapassado o limite de horas extraordinárias permitidas por lei. Saliou que os bombeiros municipais não estavam, ainda, a receber a totalidade do vencimento de sapador, que lhes era aplicável por força do Decreto – Lei que os tinha equiparado a bombeiros sapadores na remuneração, dado que essa compensação estava a ser aplicada, paulatinamente, ao longo dos anos e, como tal, o Executivo tinha entendido antecipar o pagamento da totalidade do vencimento de sapador a todos os bombeiros, deixando simultaneamente de pagar todas as horas extraordinárias que caíssem fora do âmbito legal. Explicou que o impulso da atualização salarial dos bombeiros representava cerca de 37.654€ por ano, sendo que o Município pagava mais em horas extraordinárias, como por exemplo no ano de dois mil e vinte e um, em que tinham sido pagos cerca de 43.071€, o que atualmente significava uma redução de despesa de 5.417 euros. Referiu que durante o processo tinham conversado com os vários sindicatos, tinham reunido com os bombeiros e com os serviços jurídicos, no sentido de consensualizar aquela decisão, bem como de explicar a necessidade de serem observados todos os critérios legais. Quanto à intervenção do senhor Deputado Armindo Batata, sobre o acidente na Ponte da Vala, frisou que não recebia os relatórios das investigações criminais, mas entendia que seria difícil associar o acidente ao facto de as balizas estarem mal colocadas, porquanto estavam naquele local já havia muito tempo e não tinha conhecimento de que alguém se tivesse baralhado com as mesmas. Informou que as balizas iriam ser substituídas, assim que o Município as recebesse, uma vez que a entrega de materiais e equipamentos estavam demoradas, não obstante as encomendas serem feitas com antecedência. Continuou a intervenção, frisando que, no seu entender, os municípios não se governavam através das redes sociais, nem das plataformas digitais e, como tal, não gostava de comentar o que era dito nesses fóruns, todavia, considerava de muito mau gosto associar determinado tipo de acontecimentos trágicos à ação da Autarquia ou dos técnicos. Explicou que todas as pessoas carenciadas que se dirigiam à Câmara Municipal eram atendidas no âmbito da ação social e eram desenvolvidos todos os procedimentos necessários e possíveis, de acordo com o que estava estipulado e, como tal, pelo que nunca tinha havido por parte do Município o “virar costas” a ninguém, mas era necessário perceber-se até onde a Câmara Municipal podia ir no apoio às pessoas e o que, efetivamente, conseguia fazer para as ajudar, com os meios que tinham disponíveis porque, contrariamente àquilo que, irresponsavelmente, tinha sido escrito, em regra, os municípios não tinham gabinetes de psicólogos, nem de psiquiatras ao serviço da população, até porque a prestação desses serviços de saúde, cabia aos centros de saúde e aos hospitais. No que dizia respeito ao contrato de prestação de serviços jurídicos, explicou que tinha sido feita uma consulta prévia, sendo que o contrato era exatamente igual ao que existia, apenas com uma pequena diferença, porque tinha o valor de mais um euro, mas o conteúdo era exatamente o mesmo. Esclareceu que a questão dos processos com recursos tinha ficado em aberto, sobretudo porque iria ser sempre necessário avaliar o nível de complexidade de tais circunstâncias, até porque existiam níveis de especialização que não requeriam a intervenção de nenhum

outro jurista, mas noutros casos poderia vir a ser necessário o apoio de alguém especializado em certas matérias. Quanto à intervenção do senhor Deputado Mário Pereira, disse que não podia estar mais de acordo com o facto de ter que ser encontrada uma solução para a Barragem, mas achava curioso que estivessem a exigir ao atual Executivo que encontrasse obrigatoriamente uma solução, tendo em conta o quadro de soluções que já tinham sido tentadas pelo anterior Executivo, e que não tinham sido conseguidas. Frisou que estavam a tentar salvar a Barragem e a estudar qual o método mais eficaz para o efeito e, como era sabido, no anterior mandato tinha sido apresentado um pedido de licenciamento de um furo para se poder injetar água do mesmo na albufeira, mas esse pedido tinha sido recusado e, portanto, não era possível seguir esse caminho. Continuou a intervenção, referindo que as soluções preconizadas pelo senhor Engenheiro Leonel Piscalho ainda estavam em cima da mesa e tinha sido dada toda a atenção às mesmas, embora se tivesse verificado que algumas eram onerosas e outras de concretização muito difícil, como por exemplo, canalizar água do Vale da Lama ou do Paul da Gouxa, que até era uma área protegida, sendo que, se a água fosse retirada daquelas lagoas, as mesmas podiam secar. Frisou que, desde o início que estavam a ouvir os técnicos, que respeitavam todas as opiniões, como era o caso do senhor Engenheiro Leonel Piscalho, porque eram pessoas com conhecimentos e experiência mas, atualmente, estava a decorrer um processo de conversações com a APA, no sentido de ser encontrada outra solução que passava pela possibilidade de ser feita uma ligação da Vala à Barragem, na zona imediatamente a seguir à Casa dos Patudos, que permitisse debitar água na Barragem e, ao mesmo tempo, receber água da Barragem na Vala, quando os níveis estivessem nos mínimos. Esclareceu, também, que a APA tinha feito uma recolha do sedimento que estava no fundo da Barragem porque estava a ser, igualmente, ponderada a hipótese de fazer uma limpeza dos fundos da Barragem, ou seja, a ideia não era somente injetar água na Barragem, mas também limpar fundo e recuperar as fissuras do paredão, fazendo, por isso, uma intervenção global que permitisse que a massa de água ficasse mais saudável e com capacidade para se desenvolverem no local atividades económicas de interesse para o Município. Quanto à questão do vazamento da Barragem, referiu que não fazia ideia de onde tinha partido tal ideia, até porque o atual Executivo ainda não tinha feito nada no local e nem sequer concordava com essa solução, porque tinham consciência que se fizessem isso, provavelmente nunca mais iriam conseguir voltar a encher a Barragem. Explicou que a APA conseguia, com recurso a dragas, fazer a limpeza dos fundos sem retirar a água e, como tal, era essa hipótese que estava a ser estudada. Referiu, em relação às transmissões online da Assembleia, que o Gabinete de Comunicação estava a avaliar a possibilidade de se adquirir algum equipamento que permitisse fazer essa transmissão, mas como era uma despesa que não estava prevista, teriam que avaliar o montante da mesma para perceber se seria possível adquirir os equipamentos necessários para aquele efeito. Frisou, também, que concordava totalmente com a importância do movimento associativo no Concelho e que o atual Executivo tinha isso em consideração, mas não concordava com a situação que se verificava de não serem prestadas contas e, por isso, as associações que recebiam subsídios do Município, iriam passar a ter que prestar contas, e não apenas a apresentar o plano de atividades, como era hábito anteriormente. De notar que o Executivo estava a ter a preocupação de, pontualmente, transferir para as associações alguns montantes financeiros que lhes permitissem levar a cabo as ativida-

des que já estavam a ser realizadas, sendo que, posteriormente, iria ser apresentada em reunião de Câmara uma proposta final de atribuição dos subsídios a várias associações. Continuou, dizendo que a última recuperação da Vala Real tinha sido realizada com recurso a financiamento do Fundo Ambiental mas que, atualmente, não havia nenhuma linha de financiamento aberta para aquele efeito em concreto e, por isso, estavam a estudar a possibilidade de recorrerem a outras linhas de financiamento para um objetivo diferente daquele que estava preconizado nas próprias candidaturas, mas isso podia, de algum modo, permitir apoios para intervir no local. Disse, também, que tinha sido feita uma consulta prévia para contratação de uma máquina giratória que permitisse complementar os trabalhos, fazendo a limpeza de todo o resto daquela zona, numa extensão ainda considerável, sendo que tais trabalhos não tinham nenhum outro tipo de financiamento que não fosse o orçamento municipal. Salientou que a Vala não tinha chegado àquelas circunstâncias desde que o atual Executivo tinha tomado posse, sendo antes uma situação que se tinha vindo a degradar, também por falta de manutenção, porquanto após ter sido feita uma intervenção, de cerca de cento e sessenta mil euros, para colocar pedras de enrocamento com vista à estabilização das margens, aquilo que se tinha feito em termos de manutenção, tinha sido manifestamente insuficiente, ou até mesmo inexistente, verificando-se atualmente a proliferação dos jacintos de água e da pinheirinha, de uma forma bem mais rápida e mais abrupta do que aquilo que seria expectável se houvesse essa manutenção. Relembrou que outro aspeto que tinha contribuído para que aquela situação avançasse mais depressa, era a questão da descarga de esgotos domésticos na Vala, com a qual tinham sido confrontados, e que já se verificava havia bastante tempo, pelo que, tinham tentado perceber porque é que aquilo acontecia e quando o senhor Vereador solicitou aos serviços municipais que fizessem recolhas de água ao longo da extensão da Vala, rapidamente se encontrou a origem dos maus cheiros, nomeadamente, na descarga do coletor existente na zona do Canil Municipal, que vazava diretamente para a Vala, introduzindo quantidades de matéria orgânica consideráveis e acelerando o processo de infestação por tais plantas. Explicou que tinham contactado imediatamente as Águas do Ribatejo, que, prontamente, tinham sanado o problema, dado que era simples de resolver, pois consistia apenas em tapar um bypass que passava pelo coletor, permitindo que, em caso de impedimento ou enchimento, houvesse uma derivação dos esgotos domésticos para os esgotos pluviais. Respondeu ao senhor Deputado Celestino Brasileiro, relativamente à higiene urbana e à recolha do lixo, dizendo que tinham havido algumas alterações das equipas que estavam a trabalhar na rua, nomeadamente, a divisão quer do pessoal que estava nas obras, quer na parte de jardinagem e ainda da limpeza urbana, havendo atualmente equipas diferentes, orientadas por encarregados diferentes, no sentido de se otimizar o trabalho das pessoas e, como tal, julgava que quem circulava pelo Concelho, notava uma melhoria substancial e um cuidado diferente no arranjo dos espaços públicos e na forma como as equipas se articulavam. Informou que tinha havido necessidade de contratar mais recursos humanos, uma vez que, no início do mandato, os contratos CEI e CEI+ estavam todos a acabar e não havia projetos para contratar ninguém, pelo que tinham desenvolvido os devidos procedimentos para dotar as equipas de maneira a que houvesse capacidade para prestar o serviço. Com respeito à questão da recolha do lixo, salientou que as melhorias eram muito difíceis de alcançar, e todos sabiam disso, uma vez que o Município apenas tinha ao serviço dois carros de

recolha de lixo, já velhos e ambos com bastantes problemas, sendo que até o que tinha sido adquirido mais recentemente, também já era usado e, como tal, isso acarretava vários constrangimentos, nomeadamente, a necessidade de recorrer ao aluguer de veículos para recolha do lixo, quando os do Município avariavam, como era a situação atual em que estavam dois veículos municipais avariados ao mesmo tempo. Reforçou que, perante tais circunstâncias, era muito difícil fazer a recolha do lixo como gostariam, “acrescento a tais dificuldades, o facto de os contentores se encontrarem todos partidos por não ter sido feita ao longo do tempo uma aquisição paulatina de contentores”, sendo que estavam a desenvolver procedimentos para fazer a substituição de cerca de cem contentores. Acrescentou, ainda, que até por questões de imposição legal, estavam a estudar várias alternativas relativamente àquele serviço, de modo a perceber se havia financiamento e capacidade para adquirir viaturas e contentores do lixo, com sistema de higienização, ou se seria mais vantajoso adjudicar o serviço a uma empresa da especialidade, como acontecia noutros municípios, e portanto, o objetivo era que o serviço melhorasse substancialmente. Explicou que a obra da rotunda do Cravo e as obras da Barragem eram daquelas que o Executivo tinha entendido como prioritárias, e estavam também a criar um sistema de abastecimento de água para servir a zona do Complexo Desportivo e das Piscinas Municipais, bem como toda a zona verde envolvente da Barragem até à rotunda Salgueiro Maia, e depois até às escolas. Salientou que as obras estavam a ser feitas inteiramente pelo Município, com o acompanhamento técnico das Águas do Ribatejo e visavam exatamente fechar aquele circuito e fazer o aproveitamento da água do furo, de maneira a não recorrer à água tratada da rede pública, até porque isso trazia um conjunto de problemas, não só em termos financeiros para a Autarquia, mas também de constrangimentos no abastecimento de água, durante os períodos de verão. Explicou que, também o abastecimento das viaturas de combate a incêndios dos bombeiros, estava a ser feito com recurso a água da rede pública, sendo que estavam a tratar de reativar um furo na Zona Industrial para permitir que os bombeiros pudessem abastecer as viaturas sem gastar água da rede pública. Esclareceu, igualmente, que não tinha conhecimento de que existissem bermas que estivessem a desaparecer, mas sabia que no projeto não tinham sido previstos passeios, nem estava prevista a colocação de toutvenant, embora o atual Executivo tivesse, entretanto, mandado colocá-lo, de maneira a que houvesse estabilidade no alcatrão. Continuou, referindo que tinha sido extremamente importante avançar com a assinatura do contrato com o IHRU, pois isso iria permitir implementar a Estratégia Local de Habitação, muito importante para o Município, para as pessoas e para a região, até do ponto de vista da regeneração urbana e da qualidade de vida das populações. Quanto ao lançamento do Programa Nacional de Saúde, frisou que tinha sido importante que tivesse sido feito a partir de Alpiarça, até porque era sempre um motivo acrescido de orgulho, que Alpiarça também fosse conhecida pela sua disponibilidade para acolher aquelas iniciativas. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Vereadora Margarida Céu que, em relação às CAF/OTL, explicou que iam ter pela primeira vez a oferta para a faixa etária dos dez aos catorze anos e que, apesar das diferenças nas atividades que estavam a ser planeadas para os três grupos, o que certamente não iria acontecer era as crianças ficarem quase todo o tempo fechadas dentro do mesmo espaço, tal como acontecia no passado e também nos concelhos vizinhos, sendo esse também um motivo para o acréscimo do valor que ia ser cobrado. Sali-

entou que, para além do custo do transporte, nos dias da habitual ida à praia, iam ser realizadas outras atividades fora do concelho que também tinham custos, como por exemplo, as visitas à Kidzania e ao JumpYard, bem como os passeios no Hippotrip, sendo que uma entrada na Kidzania ou no Jumpyard, tinha um custo por utente superior a quinze euros. Salientou que pretendiam facultar uma oferta de qualidade e levar as crianças a locais onde, habitualmente, uma família com quatro ou cinco elementos podia ter mais dificuldade em ir e reiterou que considerava importante que as crianças pudessem ter a oportunidade de sair todas as semanas do concelho, sem passarem todo o tempo dentro de salas de aula, apesar da escola ser efetivamente um ponto de acolhimento e de apoio, as atividades decorriam em muitos outros locais. --

--- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal para explicar que tinha sido feita uma reunião com um elemento de cada uma das bancadas por causa da questão da elaboração do Regimento e tinha sido abordado o tema da transmissão das sessões online, tendo sido acordado que seria preferível falar primeiro com o Executivo, no sentido de perceber que recursos existiam e que eram necessários para esse efeito, não tendo, por isso, essa possibilidade ficado definida no Regimento. Afirmou que gostaria de, em setembro, ter a oportunidade de fazer a Assembleia num dos lugares, nomeadamente, no Frade de Cima, no Casalinho ou no Frade de Baixo e, como tal, nessa altura também não seria possível o desenvolvimento dessa transmissão online, pelo que entendia ser melhor esperar para perceber se existiam ou não recursos para efetuar as transmissões online. Em relação à questão da moção dos CTT, referiu que a Assembleia Municipal tinha decorrido numa sexta-feira, sendo que na segunda-feira a minuta da ata com as deliberações tomadas, tinha chegado aos serviços, pelo que julgava que essa informação tinha sido enviada, mas de qualquer forma iria confirmar. Concordou que, efetivamente, o site da Câmara podia ter que ser organizado de forma diferente, porque havia um conjunto diversificado de documentos da Assembleia Municipal que não era fácil de localizar e, por isso, iria solicitar que se melhorasse esse aspeto. Quanto ao horário das sessões, disse que achava interessante aquilo que o senhor Deputado Mário Pereira tinha referido, nomeadamente, a propósito da eventual maior afluência do público, no caso de realizarem as sessões à noite, porquanto aquela sessão estava a decorrer de tarde, e até tinha um público considerável quando comparado com as sessões que decorriam para lá da meia-noite, pelo que considerava preferível, nalgumas situações, como naquele caso em que a Assembleia estava a decorrer a uma quinta-feira, que as mesmas se realizassem mais cedo, porque no dia seguinte era dia de trabalho. Esclareceu, ainda, que de facto até podia ter contactado com os representantes das bancadas, antes de agendar a hora daquela Assembleia mas, na verdade, o Regimento era omissivo relativamente a essa obrigatoriedade. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado João Silva que começou por referir que sabia que a função duma autarquia não era ter lucro, mas ainda assim não achava correto sobrecarregar as famílias, que cada vez tinham mais necessidades, com valores tão elevados, pelo que, apesar de saber que o dinheiro fazia falta em todo o lado, não deviam sobrecarregar quem não tinha onde deixar os filhos. Disse que concordava com a questão das visitas e dos passeios da CAF/OTL, mas no site da Câmara estava referido que a CAF ia funcionar na EB1/JI de Alpiarça, não dizia que apenas iriam fazer naquele local a receção das crianças. Quanto aos

pagamentos, frisou que a senhora Vereadora Margarida Céu se tinha referido ao custo dos bilhetes das atividades, mas não tinha esclarecido quem pagava essas atividades, e para além disso, podia ter sido dada a possibilidade às famílias de optarem por deixar ou não deixar ir os filhos às referidas visitas para não terem de pagar quarenta euros por semana, porquanto esse não era um valor justo para as famílias de Alpiarça.--

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Anabela Costa que começou por salientar que, no programa das CAF, não se referia em lado nenhum as saídas “VIP” que estavam a ser organizadas para os meninos que estavam inscritos nas CAF. Continuou a intervenção, frisando que as CAF eram, tal como o nome indicava, um complemento de apoio às famílias que recorriam a tais serviços, porque não tinham onde deixar os seus filhos, porquanto atualmente ambos os progenitores trabalhavam e muitos avós também ainda trabalhavam, e, como tal, as famílias tinham necessidade de recorrer a tais serviços. Relembrou que os serviços eram prestados não apenas pelas autarquias, mas também por entidades privadas, sendo que essas tinham como objetivo maximizar o lucro da sua atividade. Disse que tinha feito uma pesquisa, ao nível dos concelhos limítrofes, e tinha verificado que, por exemplo, na Golegã, o valor era muito mais baixo, sendo certo que não tinha os tais serviços VIP, mas o que era essencial para os pais era que alguém pudesse ficar com os filhos, enquanto estavam a trabalhar, porque depois seriam os próprios a escolher, no seu período de férias, os sítios onde queriam e podiam levar os seus filhos. Salientou, ainda, que o aumento do valor não se referia apenas aos dias das saídas VIP, mas a todo o período em que decorriam as atividades, pelo que não podia estar de acordo com os preços praticados. Continuou a intervenção, referindo que antes das eleições, a senhora Presidente da Câmara Municipal tinha uma solução para o problema da Barragem, para o problema da Vala, para as ruas que estavam sempre sujas e abandonadas, porque o anterior Executivo era completamente incompetente, mas atualmente já tinha percebido que a realidade era diferente. Frisou, também, que o anterior Executivo tinha pago uma grande parte da dívida, o que permitia que a Autarquia tivesse agora disponibilidade para substituir as máquinas e as viaturas que a senhora Presidente dizia que estavam velhas e decrépitas. Terminou a intervenção, dizendo que, tal como era argumentado pelo senhor Presidente da República, ao fim de seis meses de governação, já não havia desculpas para não fazer nada, mas na realidade ainda nada tinha visto ser feito. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Rita Conim que transmitiu a sua opinião sobre o horário das sessões da Assembleia Municipal, dizendo que considerava aquela hora das dezassete e trinta muito adequada, até porque no próprio Regimento se estipulava que as sessões não deviam terminar depois da meia-noite. Disse que, para si, era uma honra ser Deputada e que considerava que tinha algumas capacidades válidas para dar o seu contributo, sendo que estava ali para dar um contributo para que o futuro fosse melhor e, como tal, entendia que o tempo que estava nas sessões da Assembleia Municipal, devia ser um tempo válido e útil, pelo que apelava a todos que fossem sintéticos e objetivos nas intervenções, sendo que as mesmas se deviam reportar, essencialmente, e na sua opinião, à defesa dos interesses do Concelho, e não a tentativas de justificar ou limpar imagens pessoais, pois considerava que esses assuntos deviam ser tratados noutros locais. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Armindo Batata que esclareceu que não estava a comparar os contratos dos advogados, mas apenas não tinha entendido as limitações dos trinta mil euros e dos recursos para a segunda instância, mas já tinha ficado esclarecido. Quanto aos tristes acontecimentos, salientou que apenas se tinha limitado a perguntar à senhora Presidente se haviam protocolos de apoio ou de encaminhamento porque sabia que a Câmara não tinha recursos para apoiar, mas devia ter definido, em sua opinião, quem é que atendia as pessoas e as encaminhava. No que respeitava à questão do tratamento dos lixos, questionou se a hipótese do sistema integrado estava, ou não, a ser equacionada e, em relação à Vala e à Barragem, explicou que já havia algum tempo que não falava sobre isso, mas tinha ficado muito satisfeito com a hipótese de virem a abastecer a Albufeira com água da Vala, porque numa publicação que havia feito no Jornal Alpiarcense, havia cinco anos, já tinha colocado essa ideia e, por isso, era com muito agrado que constatava que tal hipótese estava a ser equacionada. Dirigiu-se à senhora Presidente da Assembleia para explicar que, em relação à questão que tinha colocado dos CTT e da ANACOM, tinha sido apenas para lançar a questão do registo de expediente da Assembleia, porque a Assembleia tinha um registo informático de entradas e saídas de correspondência que os Deputados Municipais podiam consultar. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro que disse, em relação aos maus cheiros na Vala, que apesar de terem sido tapados os bypass, julgava que isso não iria resolver em definitivo o problema, porquanto achava que não era somente por esse meio que entravam produtos nocivos na Vala, mas o futuro o diria. Quanto aos jacintos e à erva pinheirinha, lembrou que em outubro do ano anterior a Vala não estava como atualmente mas, em sua opinião, nessa altura teria sido possível intervir com os meios da Autarquia, mas como tinha sido referido, o atual Executivo tinha tido outras prioridades, e ainda bem que isso estava a ser reconhecido, ou seja, que por vezes haviam outras prioridades embora, em sua opinião a Vala fosse uma prioridade, principalmente na zona do Parque do Carril, pois era uma das zonas mais atrativas do concelho. Sobre a limpeza urbana, referiu que discordava da opinião da senhora Presidente da Câmara, uma vez que considerava que não tinha havido uma melhoria substancial nessa área em relação ao que acontecia no anterior mandato. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Mário Pereira para lembrar que, ao longo dos anos, tinha tido a oportunidade de ouvir a senhora Presidente, e inclusive de dialogarem durante longas horas, sobre diversos assuntos, e como tal, reconhecia-lhe uma capacidade de intervenção, de fluência e até de síntese muito acima do normal, sendo que era apenas a isso que apelava, justamente por uma questão de garantir a equidade nas intervenções, que a democracia exigia, ou seja, a igualdade no tratamento das forças políticas presentes na Assembleia Municipal. Frisou que era o primeiro a reconhecer que um Presidente de Câmara tinha que ter mais tempo que os restantes deputados municipais para responder às questões que lhe eram colocadas, pois se era fácil colocar uma questão de forma objetiva, responder com objetividade já não era tão fácil, pois as respostas, muitas vezes, eram mais complexas do que dizer sim ou não. Disse que, no entanto, não podia verificar-se uma discrepância tão grande entre o tempo das intervenções da senhora Presidente da Câmara Municipal e o tempo de intervenção de cada um dos senhores Deputados Municipais.

Quanto aos bombeiros municipais, afirmou que concordava na generalidade com o que tinha sido dito, nomeadamente, o peso que constituía para um município ter bombeiros municipais, salientando também que durante os seus mandatos não tinha havido qualquer problema ao nível legal, com pagamentos de horas extraordinárias a bombeiros, sendo que o Município até tinha sido alvo de diversas inspeções, que nunca tinham reportado qualquer ilegalidade relativamente aos pagamentos aos bombeiros municipais. Continuou a intervenção, referindo que o que o Executivo estava a fazer era simplesmente acabar com o trabalho extraordinário em troca da antecipação dos aumentos salariais progressivos a que os bombeiros tinham direito. Quanto à ligação entre a Vala e a Barragem, referiu que, apesar de não ser técnico, essa solução lhe parecia ser um erro terrível e constituir um elevado risco, sobretudo pelas condições e pela dificuldade que seria controlar as descargas na Vala de Alpiarça, sendo que essa água seria depois injetada na Barragem e, caso houvesse um problema técnico, como por exemplo uma descarga de efluentes domésticos, a Barragem ficaria contaminada. Quanto às coletividades, frisou que, independentemente das explicações ali transmitidas, o certo era que estavam quase a meio do ano e as coletividades ainda não tinham recebido os subsídios, e julgava que não era correto uma autarquia relacionar-se com o movimento associativo através de subsídios pontuais, que lhes limitava a atuação, porque eram exatamente isso, ou seja, eram apoios com caráter excecional. Continuou, dizendo que, ao longo dos anos, o seu Executivo tinha conseguido fazer a manutenção da Vala e de toda a zona envolvente, e era justamente isso que o atual Executivo tinha que fazer, ou seja, a Câmara tinha que encontrar forma de limpar e manter o Parque do Carril em condições. Em relação aos contentores, concordou que os mesmos se partiam, outras vezes eram danificados e tinham que ser substituídos, sendo que isso acontecia agora tal como no passado, sendo que o anterior Executivo tinha uma prática, que consistia na substituição anual de cerca de vinte por cento dos contentores. No que respeitava à CAF, salientou que as crianças do escalão A, iriam pagar oitenta euros por mês, quando antes pagavam trinta euros por mês, as crianças do escalão B anteriormente pagavam cinquenta euros por mês e agora iriam pagar cento e vinte euros por mês, e os do escalão C, que não tinham qualquer apoio, pagavam setenta euros por mês e iriam passar a pagar cento e sessenta euros por mês. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Abel Pedro que começou por frisar que certos trabalhos, como os da Vala, tinham sido feitos com recurso a financiamento, o que era fundamental, mas o problema, do seu ponto de vista, era que depois não tinha sido feita a devida manutenção, e agora a Câmara tinha que suportar custos mais elevados para conseguir colocar os equipamentos em condições. Quanto às CAF, disse que não iria fazer grandes considerações, a não ser que tinha sido ali dito que não havia melhorias, não havia condições, que os meninos ficavam fechados numa escola, mas também tinha ouvido ali dizer que os meninos iam para a CAF quando dava jeito, porque quando não dava jeito não iam às atividades e já podiam ficar em casa, ou seja, não frequentavam as CAF nos dias em que tinham que pagar para ir aos passeios.-----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara que frisou que, quando se tinha candidatado a Presidente de Câmara, e quando tinha ganho as eleições, nunca tinha tido a ilusão de chegar a uma Câmara

onde os problemas todos estivessem resolvidos, até porque estava como vereadora, mas mesmo que não estivesse as coisas estavam à vista e, portanto, não era difícil perceber o estado em que tudo se encontrava, embora existissem situações com as quais tinha sido confrontada que não conhecia, e que nem os Alpiarçenses conheciam, que eram preocupantes e precisavam de ser resolvidas. Salientou que não sabia que diversificar a oferta às crianças do concelho, de modo a permitir que as mesmas tivessem acesso a outro tipo de informação, a outro tipo de conhecimento, a outro tipo de mundividência eram saídas VIP mas, se essas atividades eram VIP, então ainda bem, porque se destinavam também às crianças que mais dificuldades tinham em aceder a essas ofertas e, se calhar, eram esses programas que as faziam equilibrar com as possibilidades das outras crianças. Frisou que, para o atual Executivo, as CAF, as escolas ou as creches não eram depósitos para crianças e, como tal, a Câmara tinha que contribuir, do ponto de vista pedagógico para que as pessoas percebessem que deviam ser exigentes com a forma como os seus filhos eram tratados, com a oferta que lhes era dada, bem como com a forma como eles tinham ou não acesso a coisas que as próprias famílias dificilmente podiam facultar. Disse que a esmagadora maioria das pessoas tinha percebido que o que estava a ser oferecido era qualitativamente melhor mas, obviamente, implicava aumento de preços, porque também implicava aumento de despesas para a Câmara. Continuou a intervenção, frisando que não se desculpava com ninguém e que o que ali tinha referido, eram evidências de situações que tinha encontrado e que lhe causavam problemas em resolver com mais rapidez as situações que tinha para resolver. Salientou que era exatamente por saber que os problemas da Autarquia não estavam todos resolvidos que não conferia legitimidade a quem estava na oposição de lhe exigir o cumprimento de todas as intenções que tinha subscrito no seu programa eleitoral, ou da resolução de todos os problemas no espaço de oito meses. Deu nota que a questão do sistema integrado tinha sido ponderada e tinha sido pedido pelo Município um estudo de viabilidade, para se perceber exatamente qual era o impacto que isso teria no custo do fornecimento de tal serviço às famílias. Explicou que estavam a trabalhar com tarifas de água que não tinham sido revistas ao longo dos anos e, portanto, estavam em perda, sistematicamente, uma vez que, a mesma era indexada ao valor do consumo de água. Disse que não iriam tomar nenhuma decisão sem primeiro perceber o que é que o estudo de viabilidade indicava e sem perceber quais eram os municípios da área que queriam aderir, bem como o que iria ser decidido a nível governamental, relativamente à questão dos resíduos. Relativamente à questão da Barragem e da Vala, frisou que o Executivo não tinha nenhuns dogmas quanto a tal matéria e, como tal, iriam adotar a solução que se viesse a mostrar mais indicada e que fosse economicamente mais viável para resolver o problema e para preservar os dois espaços, quer da Vala, quer da Albufeira. Salientou que as prioridades dos executivos eram, de facto, diferentes e o atual Executivo estava a centrar as suas prioridades, por exemplo, em fazer a obra que permitisse deixar de utilizar a água da rede pública na rega dos espaços públicos ou no enchimento da piscina municipal que, até ali, era cheia com água da rede. Disse que o pagamento de horas extraordinárias aos bombeiros era irregular, tal como estava definido em todos os fóruns, tendo, inclusivamente, o sindicato que tinha sido consultado sobre aquela matéria, vindo a dar razão a um conjunto de questões suscitadas e que não se prendiam apenas com o pagamento de horas extraordinárias e, como tal, o Executivo tinha, entretanto, corrigido também ou-

tras situações que eram ilegais e que acarretavam responsabilidades, inclusivamente, para os trabalhadores. Informou que estavam a trabalhar com as coletividades, no sentido de preparar uma proposta de atribuição de subsídios, sendo que a mesma também ia ser analisada e perspectivada de forma diferente, porque as coletividades não podiam sobreviver à custa do Município e tinham que ter alguma autonomia e condições para criar essa autonomia. Confirmou que, de facto, o anterior Executivo comprava contentores, mas não era na ordem de vinte por cento ao ano dos que existiam, mas antes vinte contentores por ano.-----

--- Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos da reunião. -----

--- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 01 - Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- O senhor Deputado Municipal Mário Pereira tomou a palavra para referir que a atividade do Executivo Municipal tinha a ver com o contrato que tinha sido assinado com o IHRU para o programa de financiamento e tal acordo de financiamento era muito relevante, sobretudo pelo efeito que poderia vir a ter no Concelho, quer a nível social, quer a nível urbanístico. Disse que o valor poderia ser utilizado em terrenos e habitações, tendo em conta a necessidade das famílias e dos agregados familiares, contudo tal processo seria lento e duraria muitos anos. Disse que tinha sido um trabalho iniciado e concretizado em termos da estratégia local de habitação no anterior Executivo. -----

--- O senhor Deputado Municipal João Osório tomou a palavra e questionou sobre o Plano de Turismo, uma vez que o Município tinha um Posto de Turismo que estava inativo para tal atividade. -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para esclarecer que a reunião com a Terrisirga sobre o Plano de Turismo tinha a ver com um trabalho que tinha sido encomendado pela Comunidade Intermunicipal, relativamente ao desenvolvimento de um plano de turismo integrado para toda a Comunidade Intermunicipal da Lezíria e não se tratava de um Plano de Turismo Municipal, tratava-se de um plano encomendado para a Comunidade, no sentido de perceber com cada um dos municípios, o que eram as suas características, o que era considerado mais valias, quais eram os pontos mais difíceis e os constrangimentos, porque o objetivo era que a Terrisirga apresentasse à comunidade uma proposta de desenvolvimento de um plano para toda a zona da Lezíria. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da informação escrita da senhora Presidente da Câmara. -----

--- **Ponto 03 - Proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para explicar que o documento tinha sido discutido pelos representantes das bancadas, mas sujeito ainda a propostas de alteração. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal João Osório, começando por dizer que no artigo terceiro das Competências, Apreciações e Fiscalização do n.º2, faltava a alínea O) que resulta da lei, que era votar moções de censura ao Executivo Municipal e que se deveria colocar logo a seguir à alínea a. Referiu que a vota-

ção das recomendações, moções, votos de louvor e congratulação passava para o período da ordem do dia. Referiu que a alínea e) ficava como ponto da ordem de trabalhos, o artigo 21º passava para o 22º e o número 2 também passava para o 22. -----

--- O senhor Deputado Municipal Mário Pereira tomou a palavra e chamou a atenção para o artigo 23º, do período do público, que tinha a ver exatamente com os esclarecimentos após a intervenção do público, onde era apenas considerado o Executivo Municipal, que dispunha de um período para prestação de esclarecimentos e nem sequer colocava, também, a hipótese da Mesa o fazer, e muito menos os outros eleitos. Referiu que não deveria ser necessário estar a considerar a hipótese mas, na prática, os munícipes colocavam questões relativas ao anterior Executivo Municipal. Sugeriu que o ponto 3 tivesse outro tipo de redação e que o Presidente da Assembleia Municipal distribuía um período de 10 minutos para prestação de esclarecimentos, sendo que poderia intervir a Mesa, o Executivo Municipal e outros elementos. -----

--- O senhor Deputado Municipal João Céu tomou a palavra para referir que o Regimento da Assembleia Municipal se destinava a regular a intervenção do órgão que existia na Assembleia Municipal e que não tinha a ver com anteriores mandatos ou futuras intervenções, nem respeitava a ataques pessoais. Disse que o Regimento não era a defesa da honra do antigo Executivo, porque assim tinham que estar presentes todos os anteriores Presidentes, Vereadores e Deputados Municipais. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata tomou a palavra para referir que a sugestão feita pelo senhor Deputado Municipal Mário Pereira não fazia sentido, porque a senhora Presidente da AM é que tinha de exercer a sua autoridade quando o público pedia a palavra e indicar o assunto que iria tratar ou pedir esclarecimentos à senhora Presidente da Câmara e, nesse caso, a senhora Presidente da AM nunca autorizava que os elementos do público mencionassem os Deputados ou o senhor ex-Presidente da Câmara. -----

--- O senhor Deputado Municipal Abel Pedro tomou a palavra e referiu que, se no Regimento fossem efetuadas as alterações sugeridas pelos Deputados Municipais João Osório, João Céu e Armindo Batata, que eram alterações consciencializadas e discutidas, a bancada do Partido Socialista estava em condições de votar favoravelmente o Regimento. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Mário Pereira que mencionou que, recorrentemente, havia elementos do público que faziam referências a tudo, menos o que era objeto daquele período atual. Disse que não colocava na senhora Presidente da Mesa daquele órgão a censura da intervenção do público, porque não era exequível, já que a senhora Presidente da Mesa não ia dizer ao Munícipe o que ele podia ou não dizer, pois o Munícipe intervinha no âmbito da sua liberdade. Disse que o que propunha era uma situação que permitisse que a senhora Presidente da Mesa fizesse a gestão dos esclarecimentos a prestar em função da intervenção do Munícipe. -----

--- **Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com 14 votos a favor, 8 do PS, 1 do TPA, 5 da CDU e 2 abstenções da CDU. -----

--- **Ponto 04 - Leitura, Discussão e Votação das Atas da Assembleia Municipal realizadas nos dias 25 e 29**

de abril de 2022. Para deliberação. -----

--- O senhor Deputado Armindo Batata tomou a palavra para propor algumas alterações na ata. -----

--- O senhor Deputado Mário Pereira tomou a palavra para propor algumas alterações na ata. -----

--- **Deliberação:** Aprovadas por unanimidade, depois das alterações efetuadas. -----

--- **Ponto 05 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à bancada da CDU para apresentação dos seus votos de pesar e das suas moções. -----

--- **Foi apresentado um Voto de pesar pelo falecimento do senhor António Miguel Gaspar apresentado pela senhora Deputada Anabela Costa da Bancada da CDU, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- **Deliberação:** O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Foi apresentado o Voto de louvor às empresas do Concelho premiadas no evento “Gala dos Vinhos Tejo”: Quinta da Lagoalva Vinhos, Casa Agrícola Paciência, Nova Sociedade Agrícola Mouchão do Inglês, Danidoce Marisqueira e o Restaurante “O Cavalo do Sorraia” apresentado pela senhora Deputada Rita Conim da Bancada do PS, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- **Deliberação:** O voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Foi apresentado o Voto de louvor à Secção de Pesca do Clube Desportivo “Os Águias” apresentado pelo senhor Deputado Abel Pedro, da Bancada do PS, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata tomou a palavra, questionando se esta posição da Assembleia Municipal de não publicar no jornal aqueles documentos, votos e louvores se iria manter, se era uma decisão definitiva. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para explicar que na Assembleia anterior não o deviam fazer, atendendo que os serviços da Câmara o podiam fazer. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata tomou a palavra, questionando se a Assembleia Municipal não tinha orçamento. -----

--- Interveio a senhora Presidente da Assembleia, referindo que o orçamento da Assembleia dizia respeito às senhas de presença. -----

--- O senhor Deputado Municipal João Osório tomou a palavra, referindo que o orçamento da Assembleia Municipal deveria ter sido acautelado, uma vez que eram previstas publicações, estadas e deslocações e intervenientes que se achassem convenientes para a Assembleia. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara que explicou haver a necessidade de, entre outras coisas, publicitar, desde logo, a própria atividade da autarquia através de informação que chegue aos munícipes, de forma organizada e atempada e que lhes permitisse ir tendo a noção da evolução do trabalho do Município. Disse que a Câmara estava a preparar uma reedição de boletins municipais, que iria fazer chegar à população, em forma de infomail, como habitualmente se fazia e estava a preparar um protocolo com o

Jornal “Voz de Alpiarça” para a publicação de um conjunto de aspetos relacionados com as atividades do município e, simultaneamente, com aspetos de decisões tomadas em reunião de Câmara e Assembleia Municipal e, portanto, a Câmara teria a predisposição de estabelecer protocolo com o Jornal “Voz de Alpiarça”, que era o único órgão de comunicação escrito do concelho. Frisou que estavam a preparar um protocolo no sentido de fazerem a publicitação das questões da Câmara Municipal, fazendo-se a publicitação eventualmente daquilo que forem as decisões, os votos ou as moções que sejam apresentadas. -----

--- O senhor Deputado Municipal João Osório tomou a palavra, questionando se este protocolo era só com o Jornal “Voz de Alpiarça” ou iria fazer, também, com o “Mirante”, o “Almeirinese”. -----

--- Interveio a senhora Presidente da Câmara que frisou que o protocolo era só com a “Voz de Alpiarça”. ---

--- O senhor Deputado Municipal Mário Pereira tomou a palavra, referindo que, por uma questão institucional, deveria haver uma distinção entre Município e Freguesia. -----

--- **Deliberação:** O voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Foi apresentado o Voto de louvor ao Clube Desportivo “Os Águias”, respetiva Direção e Secção de Futebol pelo senhor Deputado Miguel Miranda, da Bancada da CDU, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- **Deliberação:** O voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Foi apresentado o Voto de louvor à atleta Filipa Fidalgo pela senhora Deputada Ana Rita Fernandes, da Bancada da CDU.** -----

--- O senhor Deputado Municipal Abel Pedro tomou a palavra para referir que a bancada do Partido Socialista iria votar a favor do voto de louvor, sendo que o mesmo deveria ser enviado para a atleta e para a equipa Sicasal Glassdrive, mas não que o mesmo fosse publicado no jornal “Voz de Alpiarça”. -----

--- O senhor Deputado Municipal João Osório usou da palavra para referir que, dado que o protocolo com o jornal estava praticamente aprovado, considerava que aquele voto de louvor poderia vir a ser publicado, assim que o mesmo estivesse assinado. -----

--- Interveio o senhor Deputado Abel Pedro para referir que não concordava com tal opção, uma vez que o protocolo ainda não estava em vigor e, por isso, só deveriam ser publicados os votos de louvor aprovados após a assinatura do mesmo. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Mário Pereira para questionar se a bancada do PS iria votar contra, caso a CDU mantivesse no voto de louvor a proposta de publicação do mesmo no jornal, ou seja, se dependia disso o mérito da atleta, porque na verdade era à atleta que se estava a atribuir um voto de louvor. Propôs, ainda, que todos os votos de louvor votados naquela Assembleia fossem publicados no jornal “Voz de Alpiarça”. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal João Céu que frisou que se o que estava em causa era a publicidade que era dada no jornal “Voz de Alpiarça”, então sugeria que os elementos da Assembleia Municipal abdicassem das senhas de presença para custear a publicação. -----

--- Interveio o senhor Deputado João Osório para referir que era muito mau que a senhora Presidente da Câmara tivesse solicitado ao senhor Deputado Municipal João Céu que fizesse aquela proposta. -----

--- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal para referir que tinha que usar da palavra em defesa da sua honra, porquanto nunca tinha solicitado ao senhor Deputado Municipal João Céu que apresentasse aquela proposta ou o que dissesse o quer que fosse. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal João Céu, que também usou da palavra em defesa da sua honra, e referiu que nem sequer tinha ouvido a observação do senhor Deputado Municipal João Osório, até porque todos os presentes sabiam que tinha dificuldades em ouvir e, como tal, fosse o que fosse que a senhora Presidente da Câmara Municipal tivesse dito, ele de facto não tinha ouvido. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro para propor que se retirasse do voto de louvor a parte relativa à publicação, ou então o Partido Socialista poderia apresentar um voto de louvor igual ao proposto pela CDU, mas sem a parte da publicação no Jornal “Voz de Alpiarça”. -----

--- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal para referir que, do seu ponto de vista, não fazia sentido que todos os votos de louvor e moções apresentados na Assembleia Municipal tivessem que ser publicados no Jornal “Voz de Alpiarça”. Frisou que a publicitação das deliberações da Assembleia Municipal poderia ser melhorada, nomeadamente, no que respeitava ao site do Município, sendo certo que não estava ali em causa o mérito e o esforço da atleta e, como tal, seria dada a visibilidade merecida à mesma, através do site da Câmara Municipal. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado João Pedro Silva que disse que achava toda aquela discussão completamente desnecessária e não conseguia compreender porque é que havia tanta confusão por causa da publicação de alguns documentos num jornal. -----

--- Tomou a palavra a senhora Deputada Rita Conim para reiterar o que já havia dito anteriormente sobre as publicações no Jornal “Voz de Alpiarça”, porque não entendia que existissem cidadãos mais ilustres do que outros. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Celestino Brasileiro, referindo a importância de algumas moções e de votos de louvor no Jornal a “Voz de Alpiarça”, por parte das pessoas que não estavam em Alpiarça mas que tinham conhecimento de muitas situações através daquele jornal. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado João Osório, referindo que haviam muitas pessoas em Alpiarça que não utilizavam a internet, mas efetuavam a leitura daquele jornal. -----

--- Interveio a senhora Presidente da Câmara, referindo que havia a possibilidade de o Município fazer aquela publicação de forma reiterada e, inclusivamente, fazer a publicação de todos os votos e moções aprovados, dado que ainda não tinha acontecido com importantes referências e votos e moções que foram discutidas desde o início do mandato. Sugeriu aos senhores deputados que tivessem a compreensão de iniciarem um procedimento a partir da próxima Assembleia Municipal, com o compromisso de publicarem todos os votos e todas as moções. -----

--- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal, sugerindo a proposta que poderiam votar aque-

le voto de louvor na próxima Assembleia Municipal, porque iriam surgir outros votos e votariam o voto nessa altura, assim sendo, o voto seria retirado. -----

--- Interveio o senhor Deputado Mário Pereira para reiterar a questão de equidade e de alguma igualdade de tratamento, sendo que a Assembleia Municipal tinha a obrigação de conter os custos, não podia estar dependente de uma decisão exterior, ou seja, da Câmara Municipal. Disse que a Assembleia Municipal, enquanto órgão, tinha que ter autonomia para decidir. -----

--- **Deliberação:** A proposta foi retirada. -----

--- **Foi apresentado o Voto de louvor ao Clube Desportivo “Os Águias”, respetiva Direção e à Secção de Futebol Sénior apresentado pelo senhor Deputado João Céu, da Bancada da PS, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- **Deliberação:** O voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

--- Ponto 06 – Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana 2 – ARU2 de Alpiarça. Para deliberação. -----

--- O senhor Deputado Municipal Mário Pereira tomou a palavra para referir que julgava que a proposta se relacionava com a ARU que tinha sido aprovada no anterior mandato, mas que, entretanto, por imperativos legais, era necessário aprovar de novo para se poder dar andamento ao processo. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Marta Piscalho para referir que julgava que o ponto deveria ser apresentado pela senhora Presidente da Câmara Municipal, e só depois deveria ser dada a palavra aos senhores Deputados Municipais para colocação de dúvidas. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que explicou que, de acordo com a legislação em vigor, as câmaras municipais eram as entidades com competência para desenvolver os processos de delimitação das ARU. Referiu, também, que a aprovação da delimitação das ARU podia ocorrer em momento anterior ao desenvolvimento da reabilitação urbana própria nas áreas em causa e que, atualmente, se encontrava em vigor o programa estratégico de reabilitação urbana das ARU 1 e 3 de Alpiarça, sendo que o programa estratégico de reabilitação urbana da ARU 2 se encontrava em fase de preparação para levantamento de campo. Explicou que a Câmara Municipal pretendia que as estratégias de reabilitação do centro urbano de Alpiarça tivessem continuidade e, por isso, estavam a propor a aprovação da delimitação da ARU 2, para permitir o acesso dos munícipes a benefícios fiscais, como um mecanismo de incentivo à renovação do parque habitacional do Concelho. Frisou, por fim, que a CIMLT juntamente com os onze municípios da Lezíria, tinham decidido dar continuidade aos trabalhos de delimitação de zonas de reabilitação urbana, nos respetivos concelhos. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Mário Pereira para questionar se, no caso da ARU 2, se mantinha o que já estava anteriormente estabelecido, ao nível da delimitação, ou se tinha havido alguma alteração no perímetro da mesma. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal, esclarecendo que a delimitação da ARU era, basicamente, a mesma que já estava definida, embora o trabalho de campo pudesse vir a introduzir alguma alteração. -----

--- Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

--- Terminada a Ordem do Dia, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao segundo período do público. -----

--- Não se registaram intervenções. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Deputada Municipal Alzira Agostinho para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram 22 horas e 10 minutos. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Presidente da Mesa Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira _____

--- 1º Secretária Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho _____

--- 2º Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona _____

Alpiarça, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois. -----